

A nova fração da burguesia no governo Lula (2003-2010): produtos e serviços educacionais

Juliana Bicalho de Carvalho Barrios (IFPR)
juliana.barrios@ifpr.edu.br

1 Introdução

Este resumo objetiva analisar a criação de uma fração burguesa vinculada ao produtos e serviços educacionais durante o governo Lula (2003-2010), e está embasado nos conceitos de “bloco no poder” e “frações de classe” de Poulantzas¹ (1981), bem como, na aproximação dos respectivos conceitos ao contexto brasileiro desenvolvida por Boito Jr. (2007).

Poulantzas (1981, p. 91), entendia por “bloco no poder”, a classe e suas frações que “ocupam o espaço da dominação política”. Por sua vez, o conceito de “frações” da burguesia parte da compreensão de que o bloco no poder embora seja uma unidade, é uma unidade contraditória e dinâmica. Logo, o conceito de “frações” burguesas sintetiza o movimento que ocorre no interior do bloco no poder de fragmentação e, ao mesmo tempo, o agrupamento desta classe em torno de objetivos específicos (POULANTZAS, 1981). Se valendo dos conceitos de Poulantzas (1981), inicialmente concebidos pelo autor para analisar o contexto político na Grécia, Boito Jr. (2007, p. 8) enxerga aproximações da teoria com o Brasil. Uma vez que, também aqui, os burgueses “estão distribuídos e organizados, “de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção, em setores economicamente diferenciados [...], perseguindo interesses específicos”.

Lula situou o seu governo na plataforma neodesenvolvimentista, que, segundo Boito Jr. (2012, p. 5), é “[...] um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”. De modo convergente, Antunes (2005) define o período de 2003 a 2010

¹Poulantzas (1981) aprofundou no conceito “frações de classe”, a ideia inicialmente concebida por Marx e por Gramsci, respectivamente nos termos “estágios intermediários” e “classes aliadas potenciais”.

por “pêndulo de Lula”, contextualizado pelo constante movimento de conciliação² dos interesses das duas classes fundamentais do capitalismo.

2 Educação-mercadoria e a nova fração da burguesia

No Brasil, a educação pública não-estatal é uma invenção do Neoliberalismo. Isto é, as formas e formatos de privatizar direta e indiretamente a educação pública. Logo, a sua definição mais orgânica encontra-se no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, elaborado durante o primeiro mandato de FHC. A educação pública não-estatal é fruto da “publicização” que, de modo geral, é o processo de “descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que [...] devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRASIL, 1995, p. 12). A transferência “voluntária”³ ao setor público não-estatal, de serviços prestados até então pelo setor público estatal, transforma as “fundações públicas em entidades de direito privado” (BRASIL, 1995, p. 46).

Baseado neste contexto, Boito Jr. (2007) analisa que o processo de “mercadorização” de direitos, atende a setores da burguesia. Deste modo, os direitos se tornam um nicho de negócios da “burguesia de serviços” (BOITO JR., 2007, p. 61), isto é, uma nova fração desta classe que surge com o governo FHC, e ganha força no setor educacional com o governo Lula. A “nova fração da burguesia vinculada aos produtos serviços educacionais” (RODRIGUES, 2007) é um conceito desenvolvido dentro do entendimento de “nova burguesia de serviços” (BOITO JR., 2007).

A nova fração da burguesia vinculada aos produtos e serviços educacionais, que compõe o capital comercial, passa a ter um papel importante no interior da classe sob o governo Lula. Com ainda mais força no respectivo governo, esta fração converte a atividade educacional em processo de acumulação do capital. A educação, fruto deste processo, é intitulada por Rodrigues (2007) de “educação-mercadoria”. Por outro lado, a fração ligada ao capital industrial, possibilita, através da promoção de condições efetivas de seu desenvolvimento, o prevalecimento da educação como insumo. Neste caso, a

²Acreditamos ser importante relativizar a tese de que o governo Lula “atendeu” os interesses do proletariado.

³Hospitais, universidades e escolas técnicas, centros de pesquisa, bibliotecas e museus eram prioridades no programa (BRASIL, 1995).

educação está – de inúmeras formas -, à serviço da produção industrial. Este processo é definido por Rodrigues (2007) como “mercadoria-educação”.

Embora concebidos e definidos separadamente, é importante destacar que os conceitos “educação-mercadoria” e “mercadoria-educação” são complementares. Vejamos um exemplo no Ensino Médio: identificamos que a privatização da etapa tem ocorrido, entre outras formas, através do financiamento público a organizações privadas que ofertam o Ensino Médio. Neste caso, o setor público oferece o subsídio financeiro para que a setor privado ofereça a educação que, em tese, é de responsabilidade do setor público. Isto ocorre por meio de convênios, contratos e/ou termos entre governos e instituições privadas. Mesmo que o subsídio financeiro seja do setor público, a oferta, independentemente do “produto” educacional, parte do setor privado. Logo, seguindo a ótica de Rodrigues (2007), o “produto” educacional, neste caso, se caracteriza como “educação-mercadoria”.

Por sua vez, o processo e a forma como ocorre a “educação-mercadoria”, neste caso, se caracteriza como “mercadoria-educação”. A oferta desta educação por parte do setor privado, ainda que com o financiamento público, só interesse aos empresários se for acompanhada, em alguma medida, por mecanismos de controle de qualidade, que permitam a formatação da formação que resultará em um determinado “tipo” de sujeito. É, sobretudo, neste ponto que, tanto a nova fração da burguesia vinculada aos produtos e serviços educacionais, quanto a fração industrial desta classe, ancoram a garantia da produção da educação⁴ enquanto insumo que garante a constituição de um exército de reserva com indivíduos que ocuparão posições subalternas dentro do modelo produtivo. É importante destacar que, conforme analisa Boito Jr. (2005) a fração industrial da burguesia teve grande valorização no governo Lula.

3 Considerações finais

O espaço que Lula deu à fração dos produtos e serviços educacionais, desenvolveu seu crescimento e fortalecimento no interior do Bloco no Poder do Brasil. Para além da

⁴No interior do Bloco no Poder, as supracitadas frações manifestam conflitos. De modo que, a fração de serviços e produtos educacionais busca combater o controle estatal do ensino, com a defesa intencionada de uma “liberdade de ensino”, enquanto a fração industrial, que concebe a educação necessariamente como insumo para o setor produtivo, tem o Estado, de certa forma, como um aliado na oferta de uma educação que atenda às necessidades da indústria.

ampliação do acesso ao Ensino Superior – com notória produção de educação-mercadoria -, a fração dos produtos e serviços educacionais passou a ter a Educação Básica como um importante nicho, atuando nas etapas e modalidades através dos diversos mecanismos privatizadores, sobretudo, no que diz respeito à natureza da oferta educacional, gestão e currículo. Após alguns anos do governo Lula, atualmente, a fração dos produtos e serviços educacionais exerce um papel central em políticas educacionais que visam o empobrecimento da formação da classe trabalhadora, como é o caso da Lei 13.415/2017, que tem na ação dos empresários da educação um pilar de sua estruturação.

Referências

ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. Rev. Crítica Marxista., Rio de Janeiro, n. 21, 2005. Disponível:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-boito.pdf>

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n. 28, 2007. Disponível:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YbjVShycwhW9mzrh5KzwJtK/?format=pdf&lang=pt>>

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas - "O acordo social necessário. Pode o Brasil ter uma estratégia nacional de desenvolvimento?", 2012. São Paulo. Anais... São Paulo: FGV, 2012.

Disponível:<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Paine1%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, 1995.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder e nós. In: BALIBAR, E. et al. O Estado em Discussão. Lisboa: Edições 70, 1981.

RODRIGUES, J. Os empresários e a Educação Superior. Campinas: Autores Associados, 2007. 95 p.

